# CINEMA, INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DO CINEMA FEMININO E NEGRO NA AMAZÔNIA COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

**Irlanna Dias RAMOS - Universidade Federal do Pará (UFPA)1**

**RESUMO**

A presença feminina e negra no audiovisual na Amazônia vem possibilitando discussões em torno das subjetividades negras, interseccionadas com as diferentes realidades de mulheres que experienciam o espaço-território amazônico. Esse estudo objetiva analisar, a partir das subjetividades de produtores culturais no audiovisual e das políticas públicas e ações afirmativas no setor cultural audiovisual, na construção do cinema feminino e negro às temáticas concernentes as vivências nesse espaço. O percurso metodológico deu-se por meio de análises bibliográficas, documental e com base nas observações de cineastas amazônidas. Reflete-se sobre a participação desses grupos subalternizados nas produções ligadas ao cinema como ferramenta de transformação social intrínseco às ações afirmativas e de políticas públicas no setor cultural, de modo a construir ambientes cinematográficos pluralizados, ampliando sobremaneira a participação de profissionais negros do audiovisual na Amazônia.

**Palavras-chave:** Audiovisual. Subjetividade Negra. Políticas Públicas. Interseccionalidade. Amazônia.

# INTRODUÇÃO

O audiovisual na Amazônia vem expandindo-se e multiplicado o imaginário2 de populações à margem do fazer cultural cinematográfico. Ao longo dos anos, foi possível visualizar a inserção, mesmo que timidamente, de comunidades marginalizadas antes não presente nos espaços de decisão, tal como o cinema. Esse cenário de transformação deu-se por longas lutas de movimentos sociais, negros e políticas de fomento cultural.

Historicamente, observa-se que o cinema teve inúmeras diretrizes na formação social brasileira, de acordo com o contexto histórico e estratégias culturais (Ortiz, 1985). A ferramenta cinematográfica foi utilizada em diferentes ocasiões e com diferentes objetivos, como forma de salvaguardar a memória de uma nação em período de disputas políticas, também enquanto propagador de estereótipos sobre corpos negros (Candido; Feres Júnior, 2019) entre outras finalidades que colocaram o cinema a luz dos interesses políticos, visto a popularização das salas de cinema entre as décadas de 1950 e 1980. Durante as décadas de 1960 e 1970, o cinema era hegemonicamente branco cis-hétero-patriarcal, o que facilitava essa difusão dos estereótipos e a consequente falta

1 Historiadora formada pela UEPA. Mestranda em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA) e Pós-graduanda em Políticas Públicas em Gênero e Sexualidade na Amazônia (PPGDDA/UFPA). Bolsista CAPES. E-mail: irlannadias@gmail.com.

2 A pesquisa inclina-se à perspectiva de imaginário social do historiador polonês Bronislaw Baczko (1984).

da presença de pessoas negras nesse ambiente (Lapera, 2012).

Na década de 1980, as transformações nos espaços públicos foram percebidas com o advento da redemocratização, possibilitando novos arranjos nos setores culturais brasileiro. Em consonância, a luta de movimentos sociais atrelou-se à pluralização de personagens nos espaços-territórios3 audiovisuais. Á mencionar, o movimento negro intensifou denuncias sobre a participação da população negra nas agendas de políticas públicas, de maneira que inseriu debates em torno da luta antirracista no cinema.

A partir desta contextualização, a presente pesquisa analisa as interseccionalidades presentes no cinema construído por mulheres e população negra, de modo a entender como as mudanças político-institucionais possibilitaram a inserção de temáticas subjetivas a esses grupos sociais no audiovisual, de maneira que as articulações em torno desse cinema constitui proposições políticas. Dessa maneira, as Políticas Públicas e Ações Afirmativas são imprescindíveis na análise da presença destes atores culturais na cadeia produtiva cinematográfica, visto que só foi possível alçar novos espaços através de leis e decretos que permitisse a difusão, formação e produção das obras fílmicas no cenário cultural brasileiro. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é compreender como essas políticas e ações inserem-se nesse cenário historicamente gerido por uma pequena parcela da sociedade brasileira, de modo a alterar, mesmo que timidamente, a hierarquia cultural no país por meio da participação de profissionais negros no cinema. Em virtude disso, o referencial teórico centra-se em autores que dialogam temáticas do audiovisual, presença feminina e negra nas questões culturais, políticas públicas no audiovisual e ações afirmativas.

Em consideração, tomo Zélia Amador de Deus (2020) para pensar a presença negra na Amazônia; Bronislaw Baczko (1984) na compreensão de imaginário social; Viviane Cruz (2020) com a recente pesquisa sobre os cinemas negros e políticas em relação aos negócios de mulheres no cinema; Carla Akotirene (2019) com a perspectiva da interseccionalidade; bell hooks (2023) para acionar a articulação entre cinema, gênero e raça. Em relação a metodologia, a pesquisa propõe revisão bibliográfica (Severino, 2007), análise documental (Minayo, 2009). Importa destacar que a pesquisa esboça primeiras análises acerca do cinema realizado por mulheres negras na Amazônia intrínseco às políticas do audiovisual, não tomando como verdade o que vêm sendo investigado, todavia possibilita germinar futuros debates.

# INTERSECCIONALIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS: NOVOS IMAGINÁRIOS CINEMATOGRÁFICOS

O movimento negro, fez com que profissionais negros de diferentes ambitos sociais impulsionassem a luta pela atuação da população negra para além dos debates sobre representação nas telas, mas também nas decisões destas agendas políticas e participação na cadeia produtiva cinematográfica. À vista disso, a inserção de pautas sobre a negritude, participação efetiva desta população e pluralização de ideias oriundas das comunidades subalternizadas, aumentaram exponencialmente nos últimos 30/20

3 Conceito com dilemas diversos e pensado por diferentes autores. Na presente pesquisa, a perspectiva adotada relaciona-se com as características da sociedade contemporânea, as especificidades geográficas e os sujeitos sociais em jogo (Haesbaert, 2009).

anos nesses espaços. Viviane Cruz (2020, p. 43) descreve que “à medida que o processo de redemocratização ia se estabelecendo e fortificando, os movimentos sociais negros seguiam implementando sua agenda política, com foco na melhoria da vida das pessoas negras no Brasil”.

Nesse contexto, foi possível aprovar políticas de ações afirmativas nas Universidades brasileiras, vale mencionar em relação à Amazônia, a ativista e professora negra Zélia Amador de Deus, foi a precursora da implementação de cotas raciais na Universidade Federal do Pará, onde é professora emérita. Sua luta trilhou o caminho no combate às desigualdades raciais de estudantes negros amazônidas, bem como descreve em seu livro *Caminhos Trilhados na Luta Antirracista* (2020). Na obra, a ativista menciona a importância que o corpo negro tem na luta coletiva:

O corpo não está apenas lançado no espaço contextual, ele interage, interferindo e sendo interferido pelo contexto. É dessa forma que ele se constitui enquanto corpo. Desse ponto de vista, o corpo é social e individual. Uma espécie de composto que vive em equilíbrio dinâmico entre essas duas forças. E, exatamente pelo fato de o corpo ser individual e social, ele é capaz de expressar, metaforicamente, princípios estruturais da vida coletiva (Deus, 2020, p. 41).

Outrossim, as narrativas presentes nos cinema de cineastas negros são oriundas das lutas que traçam durante suas existências. No entanto, as mudanças com o advento de Políticas e Ações Afirmativas no setor audiovisual não garante a permanência de mulheres negras na cadeia produtiva do audiovisual, para pensar essa adversidade, Cruz (2020) menciona a concepção do cinema feminino negro interligado aos príncipios de de coletividade e de comunidade, possibilitando às diretoras negras recriarem os espaços-territórios.

Nesse contexto, a presença feminina e negra no audiovisual vislumbra aspectos de valorização e auto-afirmação destes profissionais neste ambiente. A importância da pluralização na cadeia produtiva cinematográfica mostra-se primordial ao observar as narrativas construídas nesses cinemas (Cruz, 2020). São narrativas que envolvem as particularidades de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos e populações afro-amazônidas, subjetividades que concernem a necessidade de reelaborar os papéis delegados historicamente à essas populações. As trajetórias individuais e coletivas de cineastas negras, por vezes, constituem elementos marcantes nas narrativas audiovisuais realizadas por elas. Paralelo, bell hooks (2023) reflete sobre a importância da produção artística negra, mas alerta que a ausência da população negra nas áreas de produção cultural pode ser prejudicial:

[...] ainda que seja crucial para cineastas negros considerar questões relativas à responsabildade e às políticas de representação, é igualmente crucial que artistas mantenham a integridade de sua visão. A existência de artistas negros negros, em todas as áreas de produção cultural, que criem trabalhos nem sempre acessíveis deveria ser vista não apenas como normal, mas também como essencial para a afirmação de uma subjetividade negra liberta (hooks, 2023, p. 196).

No anseio de entender as problemáticas de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais, a interseccionalidade4 manifesta-se enquanto proposta para entender

4 O termo interseccionalidade foi cunhado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989. É uma ferramenta analítica que analisa as opressões simultâneas em corpos que estão na encruzilhada das relações de poder.

as opressões. A interseccionalidade tornou-se importante ferramenta analítica que propõe compreender as desigualdades, opressões e discriminações existentes na sociedade. Em vista disso, a teoria, na presente pesquisa, apresenta-se primordial ao debate sobre políticas públicas e audiovisual.

Além disso, a população negra no cinema vem entendendo que esse espaço pode tornar-se um importante veículo de difusão de ideias, tais como a reivindicação conjuntural, disputa de narrativas e fomento audiovisual aos cinemas negros. Nessa perspectiva, Mostras e Festivais de cinema negro surgem enquanto dinâmicas de circulação das produções de profissionais negros e femininos, a mencionar: Mostra Adinkra de Cinema Afro Amazônico, Festival de Cinema Negro Zélia Amador de Deus, LAB Negra Narrativas, da APAN e outros. Estes festivais e mostras nascem enquanto proposta de valorização do cinema negro e feminina na região Norte do Brasil.

Também, a Associação de Profissionais Negros do Audiovisual (APAN) vem atuando coletivamente na mitigação do racismo estrutural no audiovisual e políticas públicas destinadas a esse setor. A organização mostra-se pertinente e ativa no combate às desigualdades no ambiente cinematográfico. Durante as eleições de 2024, lançaram uma carta5 às candidaturas alinhadas à promoção da justiça social no audiovisual. Um trecho da carta menciona que:

Apesar de um otimismo neste momento com as políticas públicas, sobretudo em nível federal, as desigualdades ainda são imensas e com um lastro histórico que demanda medidas contínuas para seu combate. Um estudo sobre raça e gênero no setor aponta que entre 1970 e 2016, não havia pessoas negras na direção de filmes com mais de 500.000 espectadores em salas de cinema no país. Uma outra pesquisa realizada em 2021 aponta que apenas 4% dos filmes realizados no Brasil tiveram pessoas negras à frente da direção, roteiro ou produção (APAN, 2024).

São contrastes em relação às experiências de quem detém maiores articulações políticas no cinema. Paula Brito Machado e Carla Félix (2024) ao examinar a experiência midiático-política da parlamentar Renata Souza, no Rio de Janeiro, e sua equipe formada por uma juventude negra e periférica, em 2022, destaca a relevância da mídia e política como instrumentos de lutas política dessa juventude que anseia a superação do racismo. Em paralelo, o cinema de mulheres negras protagonizam jornadas que não estão nos circuitos cinematográficos, ou não são difundidos nesse meio. Brito Machado e Félix (2024, p. 74) descrevem esse movimento, no qual faz “submergir pessoas, navios, cidades e até, dando lugar a novos espíritos do tempo, realidades inteiras”

Esse movimento que move realidades só é possível se houver condições para tal. É necessário a interlocução entre sociedade e Estado, sobretudo do Estado, dando subsídios reais na articulação eficaz das leis e ações que formalizam a participação mais igualitária e justa de populações negras nos processos culturais. Ao tratar sobre questões culturais e econômicos, Cruz (2020, p. 66) menciona que:

Por cultura se tratar de um bem simbólico, todo bem ou serviço cultural é gerado a partir de um ato criativo. Assim, todo produto cultural agrega em si valor cultural, social, econômico e valores agregados (tal qual valor-identidade) que, quando estão no fluxo econômico cultural, além da

5 Carta disponível em: <https://apan.com.br/home/carta-do-audiovisual-negro-as-candidaturas-antirracistas/>. Acesso em: Outubro/2024.

geração de valor econômico, estão disseminando discursos e ideologias neles embutidos.

Isto posto, compreende-se que os processos culturais alcança o patamar de importância em meio às turbulências políticas nos governos, uma exemplo foram as reivindicações da classe artística a concentração dos recursos nas mãos de poucos referente a Lei Rouanet6 durante o governo da ex presidenta Dilma Rousseff (Cruz, 2020). Essa concentração ficava mais evidente quando observava-se o padrão de pessoas que conseguiam recursos com mais facilidade, por certo, a população negra ficava à margem da distribuição, dificultando a produção e circulação das produções culturais, bem como o cinema. Ou os desmontes durante o governo de Jair Bolsonaro, quando instituiu diversas medidas contrárias à indústria cinematográfica.

À vista, a importância da interseccionalidade como ferramenta analítica na promoção de políticas públicas, faz-se essencial. Em outras palavras, a ferramenta analisa as especificidades de populações marginalizadas, sendo possível identificar as opressões com objetivo de mitigá-las. E, ao pensar as políticas públicas é necessário compreender as violências sociais sobre os corpos que precisam de soluções aos mesmos problemas sociais.

Em suma, nos faz imaginar os novos horizontes, mesmo que tímidos, mas não menos importantes nos espaços de criação do imaginário coletivo dos cinemas negros. Ao considerar isso, faz-se necessário atentar às armadilhas tendenciosas sobre a inserção da população negra no cinema, onde tendem os colocar na mesma “caixinha” a população negras, onde só é possível retratar temáticas sobre racismo etc - o que não é menos importante - entretanto, o cinema de mulheres negras, bem como na Amazônia, propõe debates sobre território, negritude na Amazônia, cotidianos, amores e fortalecimento das comunidades amazônidas.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

O audiovisual proporciona enxergar imaginários de pessoas marginalizadas socialmente, agora enquanto agentes de suas próprias histórias, reivindicando sua existência através das narrativas audiovisuais, de modo que a luta pela viabilização das obras fílmicas em editais e financiamentos públicos, move a estrutura desse sistema branco cis-hétero-patriarcal. As cineastas negras na Amazônia permanecem na constante mudança dessa lógica, interseccionando suas histórias às das minorias que experienciam esse espaço-território de luta através do fazer cultural cinematográfico.

A pesquisa está na sua fase inicial, mas já visualiza horizontes de como o cinema pode transformar-se em uma importante ferramenta de transformação social, da mesma forma que cidadãos da periferias, subúrbios e longe do centro das decisões sociais, inserem-se nesse espaço com objetivos de alçar voos altos na representação de suas vivências. Os resultados parciais exibem a diversidade temática nos roteiros, festivais e profissionais nas tomadas de decisão em relação à cadeia produtiva

6 Lei 8.313/1991 criada pelo Governo Federal com objetivo de fomentar e estimular a produção, preservação e difusão cultural. Também conhecido pelo incentivo fiscal a projetos, “mas ela na verdade criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que é composto por três mecanismos: 1. Incentivo a Projetos Culturais; 2. Fundo Nacional da Cultura (FNC); 3.Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart)” (Brasil, 2024).

audiovisual. A partir do fortalecimento de Ações Afirmativas, esse cenário pluralizou-se, dinamizando a participação efetiva de profissionais negros no cinema brasileiro, sobretudo, amazônico. Todavia, os desafios continuam, sendo necessário atentar às questões políticas, sociais e econômicas ao qual o setor cinematográfico está inserido.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. BACZKO, Bronislaw. Imaginário social. **Enciclopédia Einaudi**, v. 5, 1984.

BEZERRA, Laura; ROCHA, Renata. **Políticas de audiovisual.** 2012.

BRITO MACHADO, Paula Máiran de; FÉLIX, Carla Baiense. O negro espírito do tempo: Perspectivas geracionais na luta antirracista a partir da política institucional. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 7, n. 13, 2023.

CANDIDO, Marcia Rangel; FERES JÚNIOR, João. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, p. e54549, 2019.

CRUZ, Viviane Ferreira da. **Cinemas Negros: modelos de negócios viáveis às mulheres negras**. 2020.

DEUS, Zélia Amador de. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Autêntica Editora, 2020.

hooks, bell. **Cinema Vivido: raça, classe e sexo nas telas**/ bell hooks; tradução de Natalia Engler. São Paulo: Elefante, 2023.

LAPERA, Pedro Vinicius Asterito. **Do preto-e-branco ao colorido: raça e etnicidade no cinema brasileiro dos anos 1950-70**. 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

ORTIZ, José Mario. Relações cinema-história: perigo e fascinação. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 4, 1985.

SCHVARZMAN, Sheila. O protagonismo negro enfim faz sucesso: A

autorrepresentação em Medida Provisória e Marte Um. **MATRIZes**, v. 18, n. 2, p. 87-109, 2024.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.